



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

PLEBISCITO POPULAR

aquece debate sobre fim da jornada 6x1 e justiça tributária

Págs. 8 a 11



Seminário aponta estratégias para
luta contra a reforma Administrativa
Págs. 4 e 5

Israel intensifica ataques em Gaza e já
matou mais de 238 jornalistas
Págs. 14 e 15

A 800km do delta do Nilo, no coração do Egito, erguem-se, através das eras, os templos de Karnak e de Luxor, patrimônios da humanidade, jóias do complexo arqueológico da famosa Tebas. Em 1935, com a imagem desses colossos da Antiguidade em mente e evocando um senso de identificação entre a classe trabalhadora de seu tempo e aqueles homens e mulheres de 39 séculos antes, o dramaturgo alemão Bertolt Brecht indagava em seu famoso poema “Perguntas de um operário que lê”: “Nos livros estão os nomes de reis. Os reis carregaram as pedras?”

As questões que emergiram da pena de Brecht estão na ordem do dia neste nosso Brasil em agosto de 2025. O mês ficará marcado como o do amplo esforço desenvolvido por entidades sindicais, estudantis, partidos e uma enorme gama de movimentos sociais em torno da iniciativa do Plebiscito Popular por um Brasil justo. Colocando em primeiro plano o debate sobre o necessário fim da escala 6x1, isto é, a abolição da jornada de trabalho de 44 horas semanais seguidas, e associando esse debate à discussão sobre justiça tributária, com a defesa da taxação dos super-ricos e da isenção de imposto de renda para pessoas com rendimento mensal até R\$ 5.000,00, o Plebiscito Popular pretende mobilizar a sociedade brasileira e fazer com que nossa classe possa passar de um quadro em que esteve fundamentalmente restrita a um conjunto de pautas defensivas para um novo cenário de avanços e conquista de direitos.

Nos 38 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a jornada de trabalho média é de 38 horas semanais, sendo que em três das maiores economias do continente Europeu (Alemanha, França e Itália) esse mesmo indicador encontra-se

abaixo das 37 horas semanais. A sobrevivência da escala 6x1 e da jornada de 44 horas no Brasil reflete uma sociedade ainda profundamente atravessada por uma concepção do trabalho que se vincula à lógica escravista e é, sem dúvida, um fardo a ser combatido. O Plebiscito Popular vem afirmar a preeminência da vida sobre o trabalho, a necessidade de que o adoecimento, a precariedade, o esgotamento físico e mental, a ausência de tempo para si e para seus não sejam os únicos horizontes à disposição de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros; e o faz apontando que é responsabilidade de ínfima minoria de extremamente ricos de nosso país pagar pela justiça devida àquelas e àqueles que produzem toda a riqueza.

A menção à OCDE nos dá a oportunidade de adicionar ao debate fundamental suscitado pelo Plebiscito uma outra questão igualmente central e de ampla repercussão ao longo deste mês de agosto. Porque um país mais justo é, antes e sobretudo, um país de pleno exercício de direitos, um país em que, concretamente, nossa população possa acessar saúde, educação, seguridade social, um meio ambiente em equilíbrio, alimentação saudável e todo o conjunto de garantias fundamentais sem as quais não existe, em si mesma, a democracia. Essa é uma razão essencial, dentre outras, pelas quais precisamos convencer toda a classe trabalhadora brasileira à defesa irrestrita dos serviços públicos, pelos quais tais direitos materializam-se, mobilizando-a para a rejeição da Reforma Administrativa concebida por meio do GT instalado na Câmara dos Deputados.

Contrariamente ao cínico discurso que pretende caracterizar o serviço público brasileiro como inchado e constituído de servidores cheios de benesses e far-

tamente privilegiados, a realidade é que apenas 0,23% dos empregados no serviço público recebem os ditos super-salários, notadamente na magistratura, ao mesmo tempo em que no Brasil as servidoras e os servidores públicos representam 12,2% da população formalmente empregada, o que é quase a metade da média da OCDE (de 23,4%) e inferior a países como Argentina (19,3%), Uruguai (16,9%) e mesmo os EUA (13,5%). Enfraquecer o serviço público no Brasil, atacando a estabilidade, impondo métodos únicos e produtivistas de avaliação de desempenho, deteriorando salários e substituindo vencimentos por bônus de produtividade, como anunciado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do GT da Reforma, não trará nenhuma modernidade ou eficiência ao Estado. Apenas representará deterioração de condições de trabalho, agravo à vida e à saúde de servidoras e servidores e precarização dos serviços prestados à população. Convencer larga parcela da nossa classe dessa perspectiva é um dos nossos maiores desafios a curto prazo.

Enfim, ao findarmos este agosto, restamos a consciência de que o caminho é seguir, com firmeza de princípios e a máxima unidade possível, na defesa da nossa classe e dos nossos direitos. O ANDES-SN, Sindicato Nacional construído pela base e sempre leal à categoria docente em suas deliberações, têm feito todo o esforço, tanto na pauta do Plebiscito Popular quanto naquela da rejeição da Reforma Administrativa, para seguir identificado como entidade com aquelas e aqueles cujo trabalho é incessante até que o mundo pertença a quem produz o mundo, até que a história registre não apenas os nomes dos reis, mas as vidas, dores, amores e esperanças de quem, carregando pedras, compõem o legado das Tebas de sete portas.

A vida além do trabalho também é a luta do ANDES-SN!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Diego Ferreira Marques

Editor-Chefe: Luciano Berengeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Mulheres negras vão ocupar as ruas de Brasília em 25 de novembro



25 de Novembro

2025 | Brasília

marchadasmulheresnegras.com.br

Um milhão de mulheres negras na Esplanada dos Ministérios. Essa é a meta da 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, que acontecerá em 25 de novembro, em Brasília (DF). Com o tema "Por Reparação e Bem Viver", a Marcha acontece dez anos após a primeira e histórica mobilização.

A construção da 2ª Marcha por Reparação e Bem Viver é liderada por diversos comitês regionais e tem um Comitê Impulsor Nacional formado pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, Rede de Mulheres Negras do Nordeste e Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira. Os estados e municípios podem formar seus comitês conforme suas necessidades.

De acordo com a divulgação da 2ª Marcha, a estrutura da mobilização é resultado de uma rede complexa e estratégica de articulação, formada por Comitês em diferentes escalas, do global ao local, e por comitês temáticos que reúnem grupos específicos de mulheres negras para trazerem suas pautas e perspectivas. Atualmente, são 173 comitês no Brasil: 78 no Sudeste, 51 no Nordeste, 20 no Sul, 16 no Norte e 8 no Centro-Oeste, além de articulação em mais de 30 países pelo Comitê Global.

O ANDES-SN e suas seções sindicais

estão engajados para contribuir com essa construção. O 67º Conad do Sindicato Nacional, realizado em 2024 em Belo Horizonte (MG), deliberou "que o ANDES-SN, via suas seções sindicais, auxilie na construção e participação da Marcha Nacional das Mulheres Negras que acontecerá em novembro de 2025".

Desde então, a direção do ANDES-SN, via o Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), vem se reunindo com o Fórum Nacional de Mulheres Negras e o Comitê impulsor da Marcha Nacional de Mulheres Negras. Em abril deste ano, uma representação do FNMN participou do IV Seminário Integrado do GTPCEGDS para estreitar o diálogo entre o movimento docente e a organização da Marcha.

Segundo Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do Sindicato Nacional, nas duas primeiras semanas de agosto a coordenação do GTPCEGDS realizou reuniões com as secretarias regionais do ANDES-SN, junto com representações nacionais e estaduais dos Fóruns de Mulheres Negras, para pensar ações locais de mobilização para a Marcha e garantir o envolvimento das seções sindicais nessa construção. A diretora lembra que é fundamental a participação de toda a categoria docente nas atividades locais, bem como na Marcha, no dia 25 de novembro, na capital federal.

"É uma tarefa da nossa categoria, pois é uma resolução do ANDES-SN, logo é uma tarefa de toda a base do nosso sindicato se fazer presente. Os nossos companheiros, inclusive, precisam estar lá, contribuindo enquanto a gente está fazendo nossas falas, ajudando com as faixas, com as bandeiras, com a água, com a infraestrutura. É fundamental que a gente tenha o apoio dos companheiros para que as mulheres negras possam marchar em Brasília dia 25 de novembro", reforça.

Entre as diversas pautas e bandeiras que estarão na Marcha, a diretora do ANDES-SN destaca que a categoria docente irá levar a crítica ao sorteio de cotas nos concursos públicos, proposto pelo Ministério de Gestão e Inovação em Serviço Público (MGI). "Isso tira mulheres negras da universidade, do concurso público. O último dado do Inep apontou que nós temos menos de 8,5% de professoras negras nas universidades, na graduação. Quando vai para a pós-graduação, não chega a 2%", afirma.

"O sorteio é uma burla institucionalizada. Nós, do ANDES-SN, com certeza vamos levar essa bandeira para a Marcha, porque entendemos que a população precisa se ver na universidade pública e ter professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores negras e negros, indígenas e quilombolas é algo importante para a nossa juventude", conclui.

Ataques à previdência no Paraná e RJ são exemplos de apropriação do Fundo Público



Foto: Geraldo Bubniak (ANPT)

Os ataques à Previdência Social, infelizmente, são uma constante, que se intensificam em momentos de crise do capital. Para abocanhar mais uma parte do Fundo Público e dos recursos que deveriam ser destinados à aposentadoria e seguridade da classe trabalhadora, os agentes neoliberais pautam a necessidade de novas reformas e do confisco dos fundos de previdência.

Para ampliar a compreensão desses ataques e a defesa da Previdência das servidoras e dos servidores nos estados, municípios e distrito federal, o 68º Conad do ANDES-SN, realizado em julho em Manaus (AM), deliberou por intensificar “a luta contra o confisco de recursos dos fundos de previdência estaduais, a exemplo do que aconteceu com o RioPrevidência, e pela restituição desses recursos onde o confisco já ocorreu, como no Paraná”. De acordo com Edmilson Aparecido da Silva, 2º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN, é fundamental aprofundar coletivamente esse debate, que afeta toda a categoria docente.

“Mesmo sendo estados diferentes, com regimes diferentes, e às vezes em momentos diferentes, os ataques são muito semelhantes, e é exatamente por

isso que é necessário nacionalizar a pauta e a luta, para mostrar que esses ataques estão acontecendo em todos os estados e para, também, socializar formas de resistência e de luta contra esses ataques”, explicou Silva, que integra a coordenação do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (lees, Ides e Imes) do Sindicato Nacional.

ParanáPrevidência

O Paraná figurou entre os primeiros estados a aprovar uma nova legislação para seus regimes próprios de previdência, em 1998. O ParanáPrevidência é um ente de cooperação governamental, responsável pela gestão dos fundos de pensão e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de servidoras e servidores públicos dos Três Poderes no estado do Paraná.

Segundo o diretor do ANDES-SN, esse regime foi muito criticado no começo, porque havia muita dificuldade de controle e de garantia de repasse da contrapartida do governo do estado. “Foi uma luta dos servidores públicos para conseguir, por exemplo, termos, hoje, representantes [dos servidores] no conselho do ParanáPrevidência”, contou.

Em 2019, a Previdência passou por nova reforma – nacionalmente

e em vários estados - e, conforme o 2º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN, um dos principais impactos no Paraná foi a entrada, no fundo, de aposentadas e aposentados, que nunca contribuíram para a formação do ParanáPrevidência. “O governo os transferiu para o ParanáPrevidência para poder se apropriar dos recursos. Isso trouxe um desequilíbrio financeiro muito grande”, acrescentou.

E, mesmo com um enorme arrocho salarial – as servidoras e os servidores estaduais do Paraná estão há mais de sete anos sem reposição inflacionária - o governo paranaense aumentou também a alíquota de contribuição previdenciária e passou a cobrar 14%, inclusive dos aposentados, das aposentadas e pensionistas. Além disso, em novembro de 2021, oficializou a implementação do Regime de Previdência Complementar (RPC) para as servidoras e os servidores públicos estaduais.

De acordo com Edmilson, uma das críticas das entidades sindicais do estado em relação ao ParanáPrevidência é de que o governo não coloca em dia o repasse da sua contrapartida ao fundo. “Além disso, o governo tem feito uma forte campanha para que os novos contratados, os novos nomeados, façam parte de

um fundo previdenciário complementar. Tem também a questão da cobrança dos aposentados e das aposentadas que ganham acima de três salários-mínimos e que é um grande problema porque é uma justificativa que acaba indo contrário ao discurso. Ele [governador Ratinho Jr] fala que o governo tem superávit, mas provoca um problema no ParanáPrevidência para justificar essa cobrança dupla dos aposentados e das aposentadas que ganham acima de três salários-mínimos”, criticou o diretor do ANDES-SN.

RioPrevidência

No Rio de Janeiro, o Fundo Único de Previdência Social das servidoras e dos servidores do estado (RioPrevidência) tem sido alvo de ataques dos sucessivos governos. Em dezembro de 2022, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) rejeitou o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do RioPrevidência.

O trabalho de mais de dois anos apurou um prejuízo de R\$ 17 bilhões devido à má gestão entre 2005 e 2015. O relatório destacava também a existência de aplicações em capitais fictícios, como revelado pela Operação Delaware, que investigou um empréstimo feito com um banco localizado em um paraíso fiscal. O relatório, elaborado pelo deputado estadual Flávio Serafini (Psol), recomendava o indiciamento dos ex-governadores Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, além de ex-secretários estaduais de Fazenda.

“O que o relatório constatou é que o

rombo na RioPrevidência foi produzido. Sucessivos governos operaram uma gestão temerária, retirando recursos dos servidores e das servidoras de maneira sistemática, sem planejamento ou transparência”, apontou Raquel Vega, 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN. “Atualmente, o governador Cláudio Castro tem realizado retiradas ilegais dos fundos de royalties do petróleo destinados ao RioPrevidência e agora ataca mais uma vez o direito à aposentadoria ao enviar à Assembleia Legislativa o PL 6035/2025, que permite a retirada de todos os recursos dos royalties acumulados e destinados à previdência, para pagar dívidas e contratos”, acrescentou.

Segundo a diretora, se aprovado, este projeto “raspa o caixa” da previdência e deixa o Estado vulnerável a qualquer queda na arrecadação do petróleo. “Isso significa que, já no ano que vem, aposentadas, aposentados e pensionistas podem ficar sem salários como já vimos acontecer em 2017. Estamos diante do maior ataque à aposentadoria do funcionalismo fluminense”, denunciou.

No final de 2024, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), publicou decretos autorizaram o remanejamento de até R\$ 4,9 bilhões do RioPrevidência para quitar dívidas públicas, comprometendo verbas que deveriam ser destinadas ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios das servidoras e dos servidores públicos estaduais.

Segundo Raquel, servidoras e servidores do estado têm se mobilizado, de forma articulada, no Fórum de Servidores

(Fosperj) pressionando parlamentares federais e por ações no sentido de barrar a lei e qualquer tentativa de mais retirada de direitos. “Em 2017, com a adesão ao segundo RRF [Regime de Recuperação Fiscal] já tivemos o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14 % e a retirada dos triênios para novos servidores e servidoras. Não dá para colocar a conta dos desmandos de governos nas costas dos servidores e das servidoras”, comentou a diretora do ANDES-SN.

A 1ª vice-presidenta da Regional RJ ressaltou que, infelizmente, outros estados como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás estão na mira do mesmo *modus operandi*, de governos que se utilizam de ‘medidas de austeridade’ para atacar as servidoras, os servidores e serviços públicos, com o intuito de atender ao rentismo. Conforme a docente, estes sistemas promovem o surgimento de mecanismos cada vez mais fraudulentos, como a securitização de créditos públicos, o que gera uma dívida ilegal, a qual é paga por fora dos controles orçamentários.

Raquel Vega lembrou que, entre 24 e 26 de outubro próximo, ocorrerá em Campina Grande (PB), o XXI Encontro do Setor das Iees, Imes e Ides. A atividade contará com a mesa: “Condições de Trabalho, Previdência e Saúde Docente”. “Debateremos este e outros desdobramentos com os convidados Sara Granemann e Gilberto Calil, bem como pensar e traçar estratégias de luta para o enfrentamento a esses ataques”, completou.



Seminário discute estratégias para intensificar luta contra a reforma Administrativa



Diante da necessidade de intensificar a mobilização contra a reforma Administrativa, mais de 300 servidoras e servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal de todo o país se reuniram, nos dias 15 e 16 de agosto, no seminário “Reforma Administrativa: Destruição dos Serviços Públicos e dos Direitos dos(as) Servidores(as)”. Realizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), a atividade ocorreu em formato híbrido – presencial no auditório do Sindsep-DF, em Brasília (DF) e online.

Durante os dois dias, foram debatidos temas como o impacto do Arcabouço Fiscal e das contrarreformas da Previdência; as ameaças impostas pelas propostas de contrarreforma Administrativa e o desmonte já em curso, promovido por medidas infralegais. Também foram aprofundadas as reflexões sobre os verdadeiros objetivos por trás da proposta que tramita no Congresso Nacional, que motivou a criação do GT da Reforma Administrativa.

Durante os debates sobre as propostas de reforma Administrativa em curso, foi denunciada a adoção de medidas infralegais, que já precarizaram sobremaneira as condições de trabalho e adoecimento de trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, além de piorar o atendimento à população usuária, em nome de

uma suposta modernização dos serviços prestados. O caso do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) foi usado como exemplo concreto do que se pretende implementar para o conjunto das categorias do funcionalismo nas três esferas.

Segundo Cristiano Machado, da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), a categoria de trabalhadoras e trabalhadores do INSS, incluída no Programa de Gestão e Desempenho (PGD), instituído pelo Decreto nº 11.072/2022 e regulamentado pela Instrução Normativa 24/2023, trabalha por metas de produtividade, não tem mais jornada e parcela atua em teletrabalho.

“No INSS, tudo que existia de pior na IN 24 foi implementado. O servidor tem que assinar o plano de trabalho com metas em vez de jornada, e quem não quisesse assinar poderia ser levado à corregedoria por insubordinação. Quem não cumprisse a meta poderia ser demitido por inadimplência ou ter salário reduzido proporcionalmente. A angústia para bater meta gerou um quadro de adoecimento da categoria”, contou o diretor da Fenasps.

Conforme Machado, nos últimos 2 meses, foram registradas nove mortes súbitas e dois suicídios de trabalhadores, na faixa etária de 35 a 50 anos. Para a Fenasps, essas fatalidades estão dire-

tamente ligadas à implementação das metas de produtividade e outras medidas infralegais, que resultaram no aumento do adoecimento da categoria.

Para Marcos Soares, 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN, além do fato de o seminário permitir caracterizar aspectos principais da reforma e, portanto, os impactos deles sobre atuais e futuros servidores e servidoras, outro ponto de destaque foi o discurso de unidade feito por todas as pessoas que usaram a palavra, fossem expositores, expositoras, militantes, representantes de entidades, centrais sindicais. “A unidade das servidoras e dos servidores públicos das três esferas em torno do combate à reforma administrativa foi um tom importante do seminário”, pontuou.

Segundo o diretor do Sindicato Nacional, outro aspecto importante é o caráter da comunicação e a necessidade de fazer chegar a todas e todos a compreensão dos riscos que uma reforma Administrativa, nos moldes que o governo e o Congresso estão pautando, representam para as servidoras e para os servidores de todas as esferas e para os mais diferentes serviços prestados à população. “Mesmo nas entidades, nos sindicatos, federações, centrais, a base de trabalhadores e trabalhadoras do serviço público ainda não está necessariamente familiarizada, apresentada, às propostas que o GT [do Congresso Nacional] já aven-



ou, por exemplo”, comentou.

Fernanda Maria, secretária-geral do ANDES-SN, reforçou que o capital e o setor patronal já estão construindo o imaginário sobre essa reforma, com o apoio da mídia empresarial burguesa. Portanto, é necessário comunicar para a população qual o impacto negativo que a reforma administrativa trará para o conjunto da sociedade.

“Eles dizem para a gente que essa reforma visa modernidade, eficiência e qualificação. A gente precisa rebater essas definições. Não há modernidade se o que eu estou buscando é a precarização da vida de trabalhadores e trabalhadoras. Não há eficiência, nem qualidade, se eu for negar um direito constitucional que é o direito à saúde pública, à educação pública, de qualidade universal”, afirmou a docente.

A diretora do Sindicato Nacional destacou que é necessário fazer a relação o desmonte dos serviços públicos que será promovido pela reforma e o ataque que isso significa para a democracia. “A democracia que nós construímos no processo da democratização pós-ditadura militar-empresarial é uma democracia garantidora de direitos. É uma democracia que buscava, naquele momento, construir reforma agrária, urbana, moradia, saneamento. Essa reforma construída de cima para baixo não

é só um ataque aos nossos direitos como trabalhadores e trabalhadoras, ela é um ataque à democracia”, ressaltou.

Encaminhamentos

Diante dessas análises, o ANDES-SN fez propostas de encaminhamento para intensificar a unidade e a luta em defesa dos serviços públicos e do funcionalismo. O Sindicato Nacional sugeriu construir uma paralisação de 48 horas, de servidores e servidoras públicas federais, estaduais, municipais e distrital, com sugestão de data para 10 e 11 de setembro.

Também foi indicado incorporar o dia nacional de luta contra a privatização da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) e em defesa do patrimônio das universidades estaduais mineiras, que acontecerá em 10 de setembro, na agenda de lutas do Fonasefe.

Uma campanha de comunicação de massa, dialogando com a população sobre a importância dos serviços públicos, chamando a atenção para o fato de que a reforma Administrativa é um ataque aos direitos constitucionais de toda a classe trabalhadora e à democracia foi incluída nos encaminhamentos. Além disso, apontou-se a necessidade de aumentar o diálogo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

e com a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam).

Por fim, o ANDES-SN propôs a construção de uma jornada de lutas, que culmine em uma caravana à Brasília, de todo o serviço público federal, estadual, municipal e distrital.

Próximos passos

A partir das propostas de todas as entidades, o Fonasefe apresentará uma definição de calendário comum de mobilização e a data para a caravana. Na avaliação de Marcos Soares, que encarregado de Relações Sindicais do ANDES-SN, o seminário cumpriu o papel fundamental de reafirmar o Fonasefe como espaço aglutinador das lutas do funcionalismo público e uma potente ferramenta de mobilização. Além disso, possibilitou, a partir do debate e da análise aprofundada, indicar propostas de ação comuns e em unidade contra a reforma administrativa

O 1º vice-presidente da Regional SP ressaltou que a tarefa do Sindicato Nacional é dialogar com a categoria dos dois setores para ampliar a mobilização docente. “Agora é a hora de voltar, no nosso caso do ANDES-SN, para as nossas seções, massificar essa discussão, organizar as assembleias, debater a reforma administrativa”, frisou.

Plebiscito Popular mobiliza o país por justiça social e pelo fim da escala 6x1

Em seu 68º Conad, o ANDES-SN aprovou a participação do sindicato e de suas seções sindicais na iniciativa



E stá em andamento, em diversas cidades brasileiras, o Plebiscito Popular por um Brasil mais Justo. A ação tem como objetivo fazer o debate com a população sobre temas centrais para a vida da classe trabalhadora: o fim da escala de trabalho 6x1, a redução da jornada sem redução salarial e a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil, com maior taxação sobre rendas superiores a R\$ 50 mil.

Organizado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, em articulação com centrais sindicais e movimentos sociais, o plebiscito é aberto

e qualquer pessoa pode participar, presencialmente ou pela internet, por meio da plataforma Vota Bem. A votação segue até 7 de setembro.

As perguntas são diretas: você é a favor da redução da jornada sem redução salarial e pelo fim da escala 6x1? E você é a favor de que quem ganha mais de R\$ 50 mil pague mais imposto, garantindo isenção para rendas de até R\$ 5 mil? Para votar presencialmente, basta procurar o local mais próximo e apresentar documento com foto, informando nome, telefone e e-mail.

Segundo Luma Vitorio, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e da Secretaria Nacional do Plebiscito, a iniciativa

tem por princípio promover um diálogo direto com a população sobre justiça fiscal, direitos trabalhistas e qualidade de vida. “O Plebiscito Popular por um Brasil mais justo e soberano não nasce de uma iniciativa institucional, mas da mobilização popular. É uma ferramenta das organizações sociais para pressionar por avanços políticos e conquistar vitórias em pautas fundamentais para melhorar a vida da classe trabalhadora”, afirma Luma.

A representante do MST destaca que o debate sobre justiça social enfrenta dilemas históricos, como a manutenção de jornadas de trabalho exaustivas, uma herança do período escravocrata no país, e a desigual-

Como votar?

As e os interessados devem responder às seguintes perguntas: você é a favor da redução da jornada de trabalho sem redução salarial, e pelo fim da escala 6x1? E você é a favor de que quem ganhe mais de R\$50 mil pague mais imposto, para que quem recebe até R\$5 mil não pague imposto de renda? Vote no Qr Code ao lado.



Para votar presencialmente, basta procurar o endereço do local de votação mais próximo e levar um documento de identificação com foto. Só é solicitado na cédula o nome completo, telefone pessoal e e-mail. A organização do plebiscito criou uma planilha para facilitar a busca dos locais. Acesse no Qr Code ao lado.

dade na distribuição de renda, na qual a classe trabalhadora assume a maior carga tributária enquanto os super-ricos permanecem pouco impactados por um sistema injusto. “O plebiscito ajuda a reposicionar a esquerda brasileira junto às demandas populares, reconectando a militância com o conjunto do povo. Ele vai além de uma campanha: é um processo organizativo que fortalece a luta política, as organizações participantes e a própria democracia”, acrescenta.

Debate

O fim da escala 6x1 ganhou impulso no final de 2023, com o surgimento do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo vereador Rick Azevedo (PSol-RJ). Na época, Rick era balconista em uma farmácia e viralizou nas redes sociais com um vídeo denunciando a exaustiva rotina de seis dias de trabalho seguidos de apenas um de descanso. Em fevereiro deste ano, a pauta foi incorporada a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 8/25), apresentada pela deputada federal Erika Hilton (PSol-SP), que propõe eliminar a escala 6x1 e limitar a jornada normal de trabalho a 36 horas semanais.

No dia 19 de agosto, a Câmara dos Deputados iniciou oficialmente a análise da PEC. O deputado Luiz Gastão (PSD-CE), relator da subcomissão que estuda a jornada 4x3 (quatro dias de trabalho e três de descanso), deve apresentar parecer em até 90 dias, após ouvir empresários, trabalhadores, docentes universitários e o governo, com discussão subsequente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Atualmente, a legislação brasileira prevê, no máximo, jornadas de 8 horas diárias, com limite de 2 horas extras, e 44 horas semanais trabalhadas. Além disso, é obrigatória a concessão de um repouso semanal de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.

A prática da escala 6x1 é comum em setores como comércio, indústria e serviços essenciais, mas vem sendo amplamente criticada por prejudicar o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, contribuindo para o aumento de doenças relacionadas ao labor como estresse, burnout e desmoti-



vação. Historicamente, as centrais sindicais já defendiam a redução da jornada de trabalho. Por anos, a PEC 231/95 tramitou na Câmara dos Deputados, e foi arquivada em 2023. A medida defendia a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas.

A desigualdade tributária é outro ponto central do plebiscito. Um estudo da Oxfam Brasil, de julho de 2025, revela que os 10% mais pobres comprometem 32% da renda com tributos, enquanto 0,1% dos mais ricos, em média, pagam apenas 10%. Mulheres negras, em especial, sustentam lares com menor renda e

maior incidência de tributos indiretos, enquanto bilhões em lucros e dividendos escapam da tributação. Entre os super-ricos, 80% são homens brancos, e apenas uma pequena parcela seria afetada por alíquotas mínimas progressivas.

“Ao longo e ao fim desse processo, o Plebiscito tem se tornado, e se tornará cada vez mais, um instrumento de pressão social. Iremos nos manifestar na entrega dos votos, entregar a opinião de milhões de brasileiros ao Poder Executivo (nosso presidente da República), ao Poder Legislativo (os presidentes da Câmara e do Senado) e

ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ao entregar os votos, estará demarcada a posição de milhares de trabalhadores, mas também a disponibilidade de que esse instrumento sirva de suporte para que possamos avançar nos debates em conjunto, na institucionalidade. Ser uma retaguarda para aqueles que lutam dentro da institucionalidade para assegurar o avanço dessas pautas, e uma ferramenta de enfrentamento contra os que atrasam o avanço dos direitos dos trabalhadores e do Brasil”, explicou Luma Vitorio.

“Pejotização”

Enquanto o plebiscito amplia a participação e garante direitos, o Supremo Tribunal Federal (STF) discute a “pejotização”, prática que representa uma forma de precarização trabalhista, ao converter empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em pessoas jurídicas (PJ), sem vínculo empregatício.

O STF convocou uma audiência pública para discutir a licitude da contratação de trabalhadoras e trabalhadores autônomos ou pessoas jurídicas para a prestação de serviços, inclusive aqueles da área fim empresas. A audiência pública está prevista para 06 de outubro.

Em 2024, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e



Estatística (IBGE), cerca de 6,5% da força de trabalho no Brasil atuava dessa forma, o dobro do índice registrado em 2012, evidenciando uma tendência de redução de direitos e aumento da vulnerabilidade laboral.

ANDES-SN na luta

Durante o 68º Conad do ANDES-SN, realizado em julho deste ano, em Manaus (AM), as e os docentes deliberaram que o Plebiscito Popular 2025 deve ser fortalecido como instrumento de escuta da sociedade e mobilização em torno de pautas essenciais para a classe trabalhadora,

incluindo a redução da jornada e a taxação de grandes fortunas. Aprovou-se, ainda, que o Sindicato Nacional incentive a realização de atividades de divulgação e debates nos locais de trabalho, nas instituições de ensino e nas comunidades acadêmicas, por meio das secretarias regionais e das seções sindicais.

Cláudio Mendonça, presidente do ANDES-SN, afirmou que tais pautas se conectam com a defesa do orçamento público e da ampliação dos direitos docentes, reforçando que o plebiscito aproxima o sindicato das necessidades cotidianas da categoria



e da população em geral.

"O ANDES-SN, ao deliberar no seu 68º Conad a sua incorporação de forma mais sistemática, reafirma aquilo que muitas seções sindicais já estavam realizando. Assim, temos a possibilidade de intensificar a nossa ação no plebiscito, seja formando ou participando dos comitês existentes, dos debates, mobilizações que vêm acontecendo, envolvendo as comunidades no âmbito das universidades, dos institutos federais e Cefets, tentando dialogar cotidianamente com o corpo discente, com técnicas e técnicos administrativos, para que a gente consiga sair desse plebiscito com uma votação expressiva e com um diálogo essencial na base do nosso Sindicato Nacional", disse.

Cláudio afirmou que, em um momento de aprofundamento das desigualdades sociais e ataques aos direitos da classe trabalhadora, é de suma importância iniciativas como o Plebiscito Popular para estimular o debate público e fortalecer a mobilização popular no país, como já ocorrido em outros momentos. "Ele cumpre papel histórico semelhante ao das consultas sobre o tratado da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas] do pagamento da dívida externa, e fortalece a luta coletiva contra políticas que atacam os direitos dos trabalhadores e reforçam lógicas fascistas na sociedade", destacou o presidente do Sindicato Nacional.

Mendonça reforçou que o papel do ANDES-SN é incentivar a participação da categoria no Plebiscito. "A gente só vai enfrentar essa conjuntura de ataque à extrema direita com muita mobilização popular, mobilização da nossa categoria e fazendo muita unidade. O plebiscito popular tem cumprido esse papel", completou.

Mobilização popular

No dia 1º de agosto, milhares de

manifestantes ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras em defesa da soberania nacional e contra o chamado "tarifaço" imposto unilateralmente pelos Estados Unidos, que estabeleceu uma sobretaxa de 50% nos produtos brasileiros exportados para aquele país. A data também representou um momento de fortalecimento do Plebiscito Popular, especialmente em sua fase presencial, consolidando-o como uma ferramenta concreta de luta social.

De 1ª a 7 de setembro será a Semana Nacional de Coleta de Votos

e diversas mobilizações estão programadas. A divulgação do resultado nacional será feita no dia 6 de outubro.

A representante do Plebiscito Popular reforçou a importância da mobilização ampla. "O plebiscito não se limita às organizações políticas já constituídas. Ele também pode se tornar um instrumento de engajamento para quem ainda não está organizado, mas mantém viva a esperança. Trata-se de uma forma concreta de conquistar vitórias por meio da luta coletiva do povo brasileiro", concluiu Luma Vitorio.

Médias de horas trabalhadas em alguns países:

Colômbia	43,2 h
México	42,1 h
Paraguai	41,6 h
Chile	39,4 h
Brasil	38,9 h
Venezuela	38,7 h
Peru	38,5 h
Bolívia	37,8 h
EUA	37,6 h
Uruguai	36,8 h
Espanha	36,6 h
Argentina	36,5 h
Canadá	35,2 h
Suíça	35,2 h
Suécia	35,1 h
Alemanha	33,6 h
Holanda	31,2 h

A luta por uma jornada de trabalho justa tem raízes históricas. Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu uma jornada de 8 horas diárias e 48 horas semanais como principal reivindicação sindical. Posteriormente, em 1935, a OIT recomendou jornada de 40 horas semanais. Segundo dados da OIT, em 2024, o Brasil figurou entre os países com maior carga de trabalho, com média de 38,9 horas semanais, acima de países vizinhos como Chile (39,4h), Peru (38,5h) e Uruguai (36,8h), e superando Estados Unidos (37,6h), Alemanha (33,6h) e Holanda (31,2h).

O Brasil se encontra na 100ª posição, entre 178 países, em termos de horas trabalhadas, confirmando que o país integra um grupo com jornadas consideradas elevadas. Esses números evidenciam a urgência de avançar na redução da carga horária, garantindo melhores condições de vida e trabalho.

Fortaleza sediará o 5º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação

Encontro será realizado nos dias 8, 9 e 10 de setembro no Sindicato dos Bancários do Ceará



O 5º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), organizado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), será realizado em Fortaleza (CE), nos dias 8, 9 e 10 de setembro. Também no dia 10, acontecerá a 26ª Plenária Nacional do FNDC. As inscrições para o ENDC são gratuitas e podem ser feitas até 1º de setembro por meio do plataforma doity.com.br/5endc.

O evento reunirá movimentos sociais, entidades e indivíduos engajados na luta pelo direito à comunicação, com o objetivo de fortalecer articulações e reafirmar a comunicação como um direito humano. Durante os debates, serão discutidos instrumentos para sua efetivação por meio de políticas públicas construídas e geridas com a participação da sociedade civil.

O ANDES-SN participará das atividades, reforçando seu compromisso com a democratização da comunicação e

a regulação das grandes plataformas digitais. Diego Marques, 2º tesoureiro e encarregado de Imprensa e Divulgação do ANDES-SN, representará o Sindicato Nacional no encontro, junto a profissionais da imprensa da entidade.

No 68º Conad, durante a atualização das lutas do ANDES-SN, as e os docentes aprovaram resoluções referentes à Política de Comunicação e Arte do sindicato, como a inclusão de debates sobre direito à comunicação, regulação das plataformas, uso das plataformas

Plataformas digitais

O ANDES-SN reforça que a regulação das plataformas digitais é urgente para garantir a soberania informacional, a pluralidade de vozes e a democratização do acesso à comunicação. Atualmente, plataformas digitais como Google, Meta e X concentram poder econômico e político, controlando algoritmos que determinam o que a população vê, lê e ouve, muitas vezes priorizando desinformação e discurso de ódio em busca de lucro. Em agosto, o Sindicato Nacional publicou uma matéria sobre os casos de Jones Manoel e Felca, que ganharam repercussão nacional e evidenciaram a urgência de regulamentar as plataformas digitais no país. Saiba mais no Qr Code.

Segundo Diego Marques, sem regras distintas sobre transparência algorítmica, moderação de conteúdo, tributação e destinação de recursos, a comunicação continuará refém de interesses privados. “Regular é proteger a democracia, assegurar o direito à informação e ampliar o espaço para mídias públicas, comunitárias, populares e independentes”, ressaltou o diretor.



por sindicatos e movimentos, e a construção de alternativas às *big techs*.

De acordo com Diego Marques, a retomada da participação do ANDES-SN junto ao FNDC foi uma decisão aprovada no último Conad, considerada estratégica diante da conjuntura atual, marcada pelo avanço do debate sobre o tema. “O 5º Encontro Nacional pela Democratização da Comunicação, ao qual se segue a 26ª Plenária Nacional do FNDC, será, nesse sentido, um espaço fundamental para debater questões centrais. Entre elas, a imperiosa necessidade de regulamentação da atuação das *big techs* no Brasil; o peso dos contratos e licenças de TICs [Tecnologia da Informação e Comunicação] no orçamento público federal, assim como em estados, municípios e no DF; e o papel das táticas de desinformação apoiadas em redes sociais no processo de corrosão da nossa democracia”, pontuou.

Marques ainda destacou que a participação no encontro permitirá aprofundar os debates e fortalecer as estratégias do sindicato sobre comunicação e políticas públicas. “Também serão discutidos os desafios enfrentados pelos movimentos sociais e coletivos independentes de comunicação na luta contra os monopólios de informação ou a relação entre os interesses dos conglomerados de tecnologia da informação e comunicação e as práticas neoextrativistas em um contexto de grave crise socioambiental. A participação do ANDES-SN no encontro representa uma excelente oportunidade para aprofundar o acúmulo do sindicato sobre essas questões, contribuindo inclusive para a construção do nosso VIII Encontro de Comunicação e Arte”, completou o diretor.

Programação

A programação do 5º ENDC contempla painéis, debates e fóruns autogestionados, que abordarão temas como a importância da mídia pública e comunitária, educação midiática, liberdade de expressão, combate às fake news, proteção de dados, enfrentamento à violência nas redes e os desafios trazidos pelas novas tecnologias, como a inteligência artificial, e seus impactos nos direitos humanos, na saúde, no mundo do trabalho e na privacidade da população. A 26ª Plenária Nacional do FNDC, no dia 10, encerrará as ati-

vidades, com a aprovação dos textos elaborados nos grupos de trabalho e a eleição da nova Coordenação Geral do FNDC.

Segundo Helena Martins, 1ª secretária da Regional Nordeste 1 do ANDES-SN, o ENDC será um momento para fortalecer a luta pelo direito à comunicação, avançando no debate sobre a regulação das plataformas, soberania digital e democratização da radiodifusão. “Em um momento em que a reconfiguração de diversas relações sociais, inclusive de trabalho, está relacionada à digitalização e às plata-

formas, e em que a extrema direita se serve desses espaços para manipular e vigiar, é fundamental entendermos a centralidade dessas pautas. Não haverá possibilidade de disputarmos a política cotidiana e o futuro sem transformações nesse campo, daí a importância dos sindicatos, movimentos sociais e partidos abraçarem essa pauta. Para nós, o direito à comunicação é um ponto de encontro das mais diversas lutas”, afirmou a diretora do Sindicato Nacional, que também é integrante do coletivo Direito à Comunicação e Democracia (DiraCom).

Programação

8 de setembro

8h às 8h30 – **Abertura**

8h:40 - **Painel 1 – “A Luta pela Democratização da Comunicação: Qual projeto para o Brasil?”**

10h45 – **Debate**

15h às 18h – **Fóruns Paralelos em Atividades Autogestionadas: Educação Midiática; Participação Social; Comunicação Negra e Povos Originários; Liberdade de expressão; Desafios para a radiodifusão; Importância das TVs e rádios públicas e comunitárias.**

9 de setembro

8h às 8h30 – **Abertura**

8h40 - **Painel 2 – “Enfrentando as grandes plataformas: regulação e soberania”**

10h45 – **Debate**

15h às 18h – **Fóruns Paralelos em Atividades Autogestionadas: Fake News; Proteção de dados; Deepnudes; Violência nas redes; Uso da internet por crianças e adolescentes; Eleições 2026 e influência das redes.**

10 de setembro

8h às 8h30 – **Abertura**

8h40 - **Painel 3 – “A Luta das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em tempos de IA”**

10h45 – **Debate**

15h às 18h - **Fóruns Paralelos em Atividades Autogestionadas: debate sobre IA e direitos humanos; plataforma do trabalho; vigilância eletrônica e reconhecimento facial.**

15h às 18h – **26ª Plenária do FNDC: Aprovação dos textos, eleição da nova Coordenação Geral.**

Israel intensifica ofensiva em Gaza e usa fome como arma de guerra

Apoio ao povo palestino se torna ainda mais urgente e necessário



Diretoras e diretores do ANDES-SN se reuniram com Embaixador da Palestina para levar solidariedade da categoria docente ao povo palestino

A cidade de Gaza, outrora o coração pulsante da vida palestina na Faixa da Gaza, sofre uma nova e brutal ofensiva de Israel. O Estado genocida anunciou, neste mês de agosto, planos de ocupar o território, o que representa um avanço no projeto sionista de limpeza étnica.

Para a docente palestina Muna Muhammad Odeh, 2ª vice-presidenta da regional Planalto do ANDES-SN, a declaração de tomar a cidade de Gaza representa a continuidade e o aprofundamento dos planos do governo israelense de seguir na efetivação dos dois crimes, que anseia para implementar há 22 meses, e que seguem em curso: o genocídio do povo palestino em Gaza e a limpeza ética do território.

“O genocídio contra o povo palestino em Gaza se materializa no assassinato de mais de cem pessoas por dia, incluindo as que são assassinadas na busca de comida, além de milhares de pessoas feridas, muitas das quais vivem a morte lenta, uma vez que o regime israelense destruiu todo sistema de Saúde, inclusive executando e sequestrando profissionais de Saúde bem como bombardeando o sistema de saneamento básico e com isso expondo as pessoas a condições que favorecem a morte, também pela ausência de remédios e outros insumos proibidos de entrar em Gaza por Israel. Por isso, precisamos nos atentar a essa dimensão crítica de mortes lentas entre a população”, ressaltou.

De acordo com a professora da UnB, ocupar a cidade de Gaza significa a expulsão de cerca de 1 milhão de habitantes, para torná-las reféns dentro de um espaço geográfico altamente restrito. “Um real e concreto campo de concentração, no qual será possível vigiar e controlar, criando uma área militarmente cercada e onde toda necessidade humana: alimentar-se, ir e vir, se apoiar no que restou de laços familiares, tudo será hermeticamente selado com o único propósito de continuar o projeto sionista elementar, que é a limpeza étnica do povo palestino”, explicou.

Muna alertou que embora o primeiro-ministro Netanyahu tenha declarado que, após ocupar a cidade de Gaza, será possível, à população palestina, a “saída voluntária” isso é mais uma distorção do apartheid israelense, pois em efeito está se falando de uma limpeza étnica de Gaza. “Depois de destruírem de todas as condições de vida e de sobrevivência, o povo palestino de Gaza será obrigado a sair, não tendo outra opção a não ser desistir”, lamentou.

A diretora do ANDES-SN lembra que a política de usar a fome como arma de controle e de subjugação do povo palestino foi instituída há anos em Gaza, por meio do embargo imposto em 2007, interditando uma gama de produtos vitais, inclusive alimentares. No entanto, segundo ela, isso tem sido exacerbado nos últimos 22 meses. “[a política] Foi implementada de

forma gradual, não somente pelo controle de entrada de alimentos, mas desde outubro de 2023 foram sistematicamente destruídas as regiões agrícolas em Gaza, incluindo a produção de gado, frango e outras fontes de proteína. Com isso, a infraestrutura da segurança alimentar de Gaza foi aniquilada, por bombardeio e outros meios belicistas”, comentou.

Após organizações internacionais denunciarem o uso da fome como arma de guerra, inclusive afetando as equipes de ajuda humanitária e imprensa, e da divulgação do plano israelita de ocupação, diversos países se manifestaram pelo fim da guerra promovida do governo de Netanyahu e pelo reconhecimento do Estado da Palestina. A Austrália e Portugal já iniciaram o processo para reconhecer o Estado da Palestina na próxima Assembleia-Geral das Nações Unidas, somando-se 149 países que já reconhecem a Palestina. França, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido comprometeram-se igualmente a fazê-lo.

“A reação destes países à essa altura, evidentemente bem tardia, como demonstram as consequências do genocídio, chega curiosamente, e diria desumanamente, condicionada, pois [os países] colocam regras em cima do povo palestino sob ocupação e demandam que este seja ‘dócil e calado’. Impõem exigências à vítima e não ao opressor, o colonizador e genocida Estado de Israel. Ademais, esse reconhecimento não é imediato, malgrado a situação crítica e desastrosa em Gaza, ficou estipulado para setembro de 2025. Na essência, falta seriedade em termos de respostas à altura dos crimes que Israel continua a cometer, com total impunidade por parte dos governos de peso e de hegemonia. De toda forma, o reconhecimento por si só não é suficiente, é preciso que esses países de poder e hegemonia política, militar e econômica deem a garantia para a viabilidade e a soberania de um tal Estado Palestino que desejam reconhecer”, criticou.

A docente apontou ainda que é questão-chave que esse reconhecimento do Estado da Palestina não seja uma forma de contornar o processo de julgamento de Israel e de sua responsabilidade do genocídio,



Ato em 19 de agosto em Brasília (DF) pediu fim do genocídio na Palestina

da fome imposta em Gaza, do apartheid na Cisjordânia e de outros crimes que vem cometendo com total impunidade.

Apoio à Palestina

O repúdio ao genocídio do povo palestino tem crescido no mundo, com manifestações de milhares de pessoas em diversos países. Da mesma forma, intensificou-se a repressão e perseguição em lugares como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha.

“Importante dizer que essas vozes e movimentos solidários chegam e são ouvidos e muito apreciados pelo povo palestino que vive o cerco, o genocídio, a limpeza étnica e o colonialismo brutal de Israel. Faz-se necessário não abandonar a Palestina nessa conjuntura crítica, faz-se importante não normalizar os crimes que Israel comete todo dia e faz-se imperativo que as pessoas entendam que a solidariedade com um povo que luta pela sua vida e sua autodeterminação é um ato de autovalorização da própria pessoa que solidariza”, conclamou.

ANDES-SN em luta

O ANDES-SN tem decisões congressuais de apoio à causa palestina e de participação e fortalecimento do movimento BDS – Boicote, Desinvestimento e Sanções, que tem por objetivo pressionar Israel a cumprir o direito internacional, acabando com a ocupação e o apartheid contra o povo palestino. Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do Sindicato e Encarregada de Assuntos Internacionais, reforçou que é necessário reafirmar a posição histórica do Brasil contra a segregação racial, o

genocídio e o apartheid.

“É urgente que nossas instituições e movimentos sociais participem e construam o Movimento BDS, assim como denunciar publicamente o genocídio em Gaza. Importante compreendermos o sentimento do povo palestino. Em reunião com o embaixador Ibrahim Alzeben, ele deixou nítido: a população não quer desocupar Gaza e nenhum outro território palestino! Nossas ações de solidariedade precisam garantir a resistência e a permanência destes. E só avançaremos nisso em diálogo com o povo palestino. Precisamos intensificar as denúncias contra o Estado genocida de Israel e cobrar que o governo brasileiro rompa com todas as relações políticas, diplomáticas e acadêmicas”,

afirmou Caroline, lembrando da visita que a diretoria do Sindicato Nacional fez à embaixada da Palestina em Brasília (DF), neste mês de agosto.

A 1ª vice-presidenta do ANDES-SN ressaltou que outro elemento importante é cobrar que o governo federal e o Congresso Nacional avancem na constituição de uma política de Estado para receber pessoas refugiadas. “Apesar do país ter a Lei de Refúgio (Lei nº 9.474/97), ela é insuficiente, pois não garante nenhuma política pública efetiva para refugiados e refugiadas. A ampliação dessa legislação e a criação de uma política de Estado efetiva também contribuem na luta em defesa dos povos afetados pelo neoliberalismo e pelo imperialismo”, observou.

Israel já matou mais jornalistas que qualquer outra guerra

O assassinato de seis jornalistas, sendo cinco da equipe da Al-Jazeera, na Cidade de Gaza, no dia 10 de agosto, foi mais um trágico exemplo da violência de Israel contra profissionais da imprensa. De acordo com o Sindicato de Jornalistas da Palestina, desde outubro de 2023, ao menos 238 profissionais foram mortos, muitos sendo alvos de ataques direcionados.

O número de jornalistas mortos em Gaza já superou as fatalidades das guerras no Vietnã, Camboja e Laos (71), Primeira e Segunda Guerras Mundiais (69), Iugoslavas (39), Ucrânia (19) e Coreia (17), que somadas vitimaram 215 trabalhadores da imprensa, segundo dados do Comitê para a Proteção dos Jornalistas, do Freedom Forum e do Projeto Custos da Guerra da Universidade Brown. Em nota divulgada pelo Sindicato de Jornalistas da Palestina, Nasser Abu Bakr, presidente da entidade, ressaltou que “ter como alvos jornalistas e órgãos da imprensa é um crime de guerra, que tem por objetivo silenciar a verdade e acobertar os crimes da ocupação”. Ele responsabilizou o Estado de Israel e seus aliados e conclamou à imprensa internacional a tomar medidas para proteger os jornalistas palestinos e para garantir que os responsáveis pelos crimes sejam punidos.

Agosto marca o mês da resistência, das lutas e da visibilidade lésbica

O mês de agosto é marcado por resistência e lutas históricas de mulheres lésbicas. O dia 29 de agosto marca o Dia da Visibilidade Lésbica, instituído em referência ao 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), realizado em 1996, no Rio de Janeiro. A data encerra o calendário voltado para destacar a existência, a luta e a resistência das mulheres lésbicas. Já no dia 19 de agosto, é celebrado o Dia do Orgulho Lésbico, em memória ao Levante do Ferro's Bar, em São Paulo, em 1983, considerado o Stonewall brasileiro.

Em plena ditadura militar, lésbicas lideradas por Rosely Roth, com apoio de organizações de direitos humanos, do movimento negro e feminista, ocuparam o bar para denunciar a censura no estabelecimento, que proibiu a distribuição do boletim "ChanaComChana", produzido pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (Galf), que divulgava a pauta lésbica e combatia a discriminação, além da perseguição e da violência policial contra lésbicas.

Para refletir sobre a importância dessas datas e sobre os desafios atuais, Emanuela Monteiro, 2ª vice-presidenta da Regional Nordeste II do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, falou sobre a importância de dedicar um dia à visibilidade lésbica e de ter datas que reconhecem a luta dessa parcela da população.

"Demarcar o dia da visibilidade lésbica é a demarcação política da nossa luta diária contra a lesbofobia, lesbocídio,

pela existência, direitos, visibilidade e por liberdade. É o ecoar das vozes das companheiras que tombaram que ressoam e alimentam a nossa luta. É o legado de resistência e combatividade das que vieram antes de nós. História é memória coletiva, social, e processo educativo. A definição de uma data tem uma simbologia de marco memorial, mas também de construção de pautas para o devir, onde dialética do passado, presente e futuro se entrelaçam na reivindicação e na busca por respeito aos nossos corpos, às nossas subjetividades, práticas e experiências", disse.

ANDES-SN na luta

O dia 29 de agosto integra o calendário de lutas do ANDES-SN. Durante o 38º Congresso do Sindicato Nacional, foi aprovado ainda um Dia Nacional de combate à LGBTI+fobia nas

universidades, institutos federais e cefets. Além disso, docentes que fazem parte da comunidade têm debatido políticas públicas dentro das instituições, e do próprio Sindicato Nacional, através do GTPCEGDS. Além do calendário de lutas, a entidade publicou uma cartilha de combate às opressões, realizou campanhas visuais e lançou o documentário "Narrativas docentes: Memória e Resistência LGBT", entre outras iniciativas.

"O ANDES-SN reconhece a pauta da diversidade de modo geral, e da visibilidade lésbica em particular, como bandeira fundamental e interseccional de luta do sindicato, da categoria, em contraposição a todas as formas de opressão da sociabilidade do capital colonial, patriarcal, heterocisnormativo, racista, misógino, etarista e capacitista. Demarca nas suas ações, atividades, calendário e plano de lutas a defesa intransigente pela visibilidade, respeito e direitos da população lésbica como pauta política de um sindicato classista, comprometido com as lutas sociais e contrário a todas as formas de opressão", acrescentou Emanuela Monteiro.

Para a diretora do Sindicato Nacional, ainda há muito a avançar no debate junto à população, por uma sociedade livre de opressões. Ela citou como exemplo o currículo escolar, que teve o conteúdo diversidade expurgado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

"A nossa luta é diária tanto nos espaços de sociabilidade, como nas instituições, para que as nossas pautas, discussões e epistemologias sejam consideradas como a nossa forma de práxis no mundo. Isso tem um sentido tanto individual como coletivo, na reprodução social de novas subjetividades", afirmou.

Dados da lesbofobia

A violência contra mulheres lésbicas segue alarmante no Brasil. Entre 2015 e 2022, os registros aumentaram 50%, somando 3.478 casos, segundo dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). O levantamento "Violência contra mulheres lésbicas: perfil dos registros de atendimento", das pesquisadoras Kamilla Dantas Matias e Camila Rocha Firmino, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), aponta que a faixa etária de 20 a 24 anos concentra o maior percentual das vítimas (26%) e que a residência é o principal local de ocorrência das violências interpessoais (62% dos casos).

Para lésbicas, a violência em bares e vias públicas é proporcionalmente maior (21%) do que entre heterossexuais (15%). Além disso, a violência sexual aparece como um problema mais acentuado: representa 14,8% dos casos, quase três pontos percentuais acima do registrado contra mulheres heterossexuais, e cresceu seis pontos percentuais no período analisado.